



Percepção de professores de escolas pantaneiras sobre o trabalho docente

Helen Paola Vieira Bueno

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Campus de Aquidauana (UFMS/CPAQ) – Unid II
Aquidauana, MS, Brasil

helen_psi@hotmail.com

Liliana Andolpho Magalhães Guimarães

Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)
Campo Grande, MS, Brasil

lguimaraes@mpc.com.br

A escola pantaneira foi estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases - LDB (Brasil, 1996) e concebida para atender crianças e adolescentes que moram na região do Pantanal de Mato Grosso do Sul. Neste ambiente escolar diferenciado, trabalham professores que além de ensinar, têm que assumir uma multiplicidade de papéis com relação a seus alunos, exercendo também a função de cuidadores. O objetivo principal deste estudo foi conhecer a realidade destas escolas por meio da percepção dos professores que nelas atuam. O estudo foi do tipo exploratório-descritivo, com utilização do método misto (qualitativo-quantitativo). Realizou-se uma entrevista semiestruturada com seis (6) professores de escolas pantaneiras da cidade de Aquidauana, região do Pantanal sul-mato-grossense entre os anos de 2015 e 2016. Os resultados apontam para a não existência de políticas públicas direcionadas a esta comunidade escolar.

Palabras claves: docentes, condições de trabalho, escolas

The Pantanal School was instituted by the *Law of Directives and Bases-LDB* (Brasil, 1996) and it was designed to provide assistance to children and teenagers who live in Pantanal region, in the state of Mato Grosso do Sul. Within this unique school environment there are teachers who, besides teaching, have to take on a multiplicity of roles in relation to their students, also exercising the function of caregivers. The main goal of this study was to know the reality of those schools through perceptions by teachers who work there. This was an exploratory-descriptive study, using a mixed method (qualitative-quantitative). A semi-structured interview was carried out with six (6) pantanal school teachers in the city of Aquidauana, in Pantanal region, in the state of Mato Grosso do Sul, between 2015 and 2016. The results show that there are not public policies targeted for that school community.

Keywords: teachers, work conditions, schools

La escuela pantanera fue establecida por la Ley de Directrices y Bases – LDB (Brasil, 1996) y diseñada para asistir a los niños y adolescentes que viven en la región del Pantanal de Mato Grosso do Sul. En este ambiente escolar diferenciado trabajan maestros que, además de enseñar, tienen que asumir una pluralidad de papeles con respecto a sus alumnos, ejerciendo también la función de cuidadores. El objeto principal de este estudio fue conocer la realidad de esas escuelas a través de la percepción de los maestros que actúan en ella. El estudio fue del tipo exploratorio-descriptivo, con el uso del método mixto (cualitativo-cuantitativo). Se llevó a cabo una entrevista semiestruturada con seis (6) maestros de escuelas pantaneras de la ciudad de Aquidauana, región del Pantanal de Mato Grosso do Sul, entre los años 2015 y 2016. Los resultados muestran que no hay políticas públicas dirigidas a esta comunidad escolar.

Palabras claves: docentes, condiciones del trabajo, escuelas

I- Introdução

O ciclo das águas no Pantanal determina a vida dos seres humanos que moram nessa região. No período de seca, de maio a outubro, a paisagem se apresenta verde e animais são facilmente vistos e, no período das cheias, os rios transbordam e as estradas, que já são precárias na região, são tomadas por imensos alagados e se transformam em um grande mar de água doce. Diante disso, surgiu para as pesquisadoras uma questão: - Como alunos e professores que estudam e trabalham no Pantanal sul-mato-grossense podem ter acesso à escola em conformidade com o que rege a lei máxima da educação no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Brasil, 1996)?

De acordo com a LDB, no Art.53 (Brasil, 1996), toda criança e adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes o acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. Se há alunos, há professores, e nesse local de trabalho que é o Pantanal, o objetivo principal deste estudo é conhecer a realidade destas escolas por meio da percepção dos professores que nelas atuam.

Tentando solucionar o problema da falta de escola na região do Pantanal, no ano de 1998, a Prefeitura de Aquidauana, estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, por intermédio da Secretaria de Educação, uniu-se aos fazendeiros da região e à Organização Não Governamental (ONG) *World Wide Fund for Nature (WWF/Brasil)* para a criação e implementação da Escola Pantaneira. Dessa forma, iniciava-se uma parceria com o objetivo de universalizar o atendimento, garantindo o acesso de crianças e adolescentes à escola obrigatória, melhorando as condições de vida dos pantaneiros (Thimoteo, 2003).

A distância é a dificuldade maior e por isso mesmo o regime de internato ou semi-internato se tornou uma opção para a permanência das crianças nas escolas. Com isso, os professores, além de ensinar, tiveram que assumir uma multiplicidade de papéis, acompanhando os alunos nos horários em que estes não se encontram em sala de aula. É rotina nas escolas pantaneiras os professores exercerem a função de cuidadores dos alunos em regime de internato, auxiliando-os e acompanhando-os em suas tarefas escolares, atividades de alimentação, higiene e sono. Também é comum os professores pantaneiros relatarem que são como pais adotivos dos seus alunos, pois chegam a conviver por semanas consecutivas com os estudantes (Thimoteo, 2003; Leite, 2014).

Diante de uma realidade educacional diferenciada e localizada em um ambiente com difícil acesso aos centros urbanos, a escola pantaneira necessita de uma atenção especial que deve ser dada, principalmente, aos professores que atendem essas comunidades de ensino, dada a especificidade do exercício de seu papel. Inexistem programas de capacitação pedagógica para esses profissionais, haja vista que o tempo em que eles permanecem na região do Pantanal impossibilita o acesso a cursos de formação, também não existindo programas que acompanhem a saúde física, a psíquica e a qualidade de vida no trabalho desses profissionais, que são responsáveis pelos alunos diuturnamente.

II- Método

Este estudo é do tipo exploratório-descritivo e optou-se pela utilização do método qualitativo. O local da pesquisa são as 5 escolas pantaneiras que estão situadas na região do Pantanal sul-mato-grossense, localizadas no município de Aquidauana, MS, Brasil. A Gerência Municipal de Educação de Aquidauana é responsável por coordenar cinco escolas pantaneiras, disponibilizando profissionais, transporte e materiais. Em contrapartida, os donos das fazendas onde as escolas se situam cooperam cedendo a estrutura física para o funcionamento daqueles estabelecimentos de ensino. A população de estudo é composta por 6 professores do Ensino Fundamental, sendo que 2 trabalham em regime de concurso municipal e 4 trabalham em regime de contrato.

III- Procedimento

O procedimento inicial consistiu em obter autorização da Prefeitura de Aquidauana (MS), por meio da GEMED, para a realização da pesquisa e também foram coletados dados sobre o Pantanal e a cidade de Aquidauana (MS), porém, constatou-se a escassez de literatura sobre as escolas pantaneiras. Foram então agendadas visitas nas escolas pantaneiras, para verificar a realidade de seu funcionamento e a estrutura física. Posteriormente às visitas nas escolas pantaneiras, todos os professores foram convidados a participar deste estudo e, de um total de 26 docentes, seis participaram das entrevistas individuais, por terem disponibilidade. As entrevistas foram agendadas por meio de ligações telefônicas, e-mails e mensagens de texto e os encontros presenciais aconteceram em dias e horários pré-estabelecidos pelos próprios entrevistados.

As entrevistas ocorreram nas dependências das escolas pantaneiras e nas instalações da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Aquidauana. O tempo médio de duração foi de aproximadamente duas horas. Os encontros ocorreram no período de agosto de 2015 a abril de 2016. O roteiro de entrevista semiestruturada consistiu de temas como formação profissional, valorização da profissão, relação trabalho-família-amigos, benefícios salariais, significado da escola pantaneira, entre outros. As entrevistas foram realizadas pela pesquisadora, registradas em gravador e vídeo e transcritas na íntegra. Os resultados foram analisados e categorizados segundo os temas contidos no roteiro. Cabe destacar que as entrevistadoras propuseram os temas a serem respondidos e procedeu-se à análise de conteúdo das respostas dadas pelos docentes. O estudo seguiu todos os preceitos éticos para pesquisa com seres humanos.

A análise qualitativa se deu por meio da análise de conteúdo, baseada na proposta de Bardin (2011:47), que a define como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às mensagens. Deste modo, a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados foram realizados seguindo os requisitos da análise de conteúdo, mediante os objetivos deste estudo, e após detalhada leitura e interpretação dos resultados, foram divididos em “Categorias” e “Subcategorias” que se evidenciaram nas entrevistas.

IV- Resultados

A- Caracterização dos Aspectos Sociodemográficos da Amostra

Os seis professores entrevistados foram identificados pelas letras A, B, C, D, E e F, têm entre 23 e 44 anos e tempo de atuação profissional variando entre dois e vinte anos. Entre eles, dois possuem pós-graduação e os demais, ensino superior completo.

B- Caracterização dos Aspectos Gerais das Escolas Pantaneiras

Existem cinco escolas no Pantanal de Aquidauana (MS)/Brasil, que são gerenciadas pela prefeitura e estão situadas de 50 Km a 170 Km do município. As escolas apresentam em média 300 alunos e 26 professores que ministram aulas nos períodos matutino e vespertino e do 1º ao 9º ano e as salas de aula, são na sua maioria multisseriadas.

C- Resultados das entrevistas divididas por categorias

Os resultados foram organizados em 5 (cinco) categorias que emergiram das análises das entrevistas realizadas, apresentadas a seguir:

i) Categoria 1 - “**Valorização da profissão, salários e benefícios**” apresentou as subcategorias valorização da profissão por parte dos gestores públicos e da sociedade e valorização da profissão por parte dos pais e alunos e benefícios salariais;

ii) Categoria 2: **“Formação, carreira e ensino”** indicou as subcategorias formação continuada; aspectos positivos e negativos em ser professor de escola pantaneira e diferença do ensino no campo e na cidade;

iii) Categoria 3: **“Percepção sobre saúde física e psicológica”** evidenciou as subcategorias percepção de saúde física e percepção de saúde psicológica dos professores;

iv) Categoria 4: **“Relações de trabalho”** apontou as subcategorias relação trabalho-família e trabalho-amigos; relação do fazendeiro com a escola pantaneira; rotatividade de alunos e rotatividade de professores; e

v) Categoria 5: **“Escolas Pantaneiras”** referenciou as subcategorias acesso às escolas pantaneiras; melhorias a serem realizadas e significado de escola pantaneira.

Categoria 1: Valorização da Profissão, Salários e Benefícios

Subcategoria 1a: valorização da profissão por parte dos gestores públicos e sociedade

Os professores foram questionados sobre o papel que os gestores públicos exercem na valorização, manutenção e gerenciamento das escolas pantaneiras e, por unanimidade, foi respondido que não é valorizado o trabalho destas escolas como pode ser observado nos relatos a seguir:

(C) “Não há valorização, não há transporte para os professores, que dependem dos ônibus escolares dos alunos, professores pagam do próprio dinheiro a internet, os salários são baixos e pagos atrasados”.

(D) “Tem o problema da falta de interesse do poder público. O ônibus que falta, uma estrada cheia de buracos para o ônibus passar e os salários estão sempre atrasados”.

Em relação à valorização da profissão pela sociedade, os professores responderam entre outros aspectos, as seguintes afirmativas:

(A) “A comunidade pantaneira valoriza a escola no Pantanal, mas as pessoas da cidade não entendem esse trabalho, não valorizam”.

(E) “Não vejo a sociedade valorizando a escola pantaneira”.

Subcategoria 1b: valorização da profissão por parte dos pais e alunos

Durante a entrevista, os professores foram questionados sobre a valorização e participação dos pais de alunos de escolas pantaneiras e todos afirmaram, que os pais valorizam, apoiam e participam das atividades das escolas pantaneiras e das atividades docentes. Seguem alguns relatos:

(D) “A coisa principal que você tem na escola pantaneira é o apoio dos pais, isso é essencial, o compromisso e o carinho que os pais têm com o professor. O professor chama e eles atendem imediatamente. Os pais ajudam na escola a fazer uma festa, arrecadar alguma coisa, a comprar material”.

(F) “Grande parte dos pais valoriza nosso trabalho”.

Assim como os pais, os professores responderam que os alunos também valorizam a escola pantaneira, conforme se observa em alguns relatos:

(C) “Os alunos têm orgulho de seus professores”.

(F) “Muito valorizado, eu sinto que para eles nós somos os melhores professores e os mais qualificados para estar lá”.

Subcategoria 1c: benefícios salariais

Os participantes revelaram inúmeras preocupações em relação aos salários e à falta de benefícios salariais. Durante as entrevistas, o tema mais recorrente foi a ausência de uma

política salarial específica para o professor pantaneiro, com conseqüente insatisfação salarial. Nos relatos a seguir pode-se constatar essa insatisfação:

(B) “Deveríamos receber insalubridade, porque ficamos muito tempo em estradas precárias, com transporte precário e longe da família e da nossa cidade por muitos dias. Os professores contratados deveriam também receber pelo benefício do difícil acesso, assim como os professores concursados”.

(E) “Os professores de escola pantaneira deveria receber por insalubridade também”.

Categoria 2: “Formação, Carreira e Ensino”

Subcategoria 2a: formação continuada

Os professores foram questionados se existem cursos específicos para a formação continuada, e salientaram a falta de acesso a cursos, eventos ou encontros pedagógicos destinados especificamente ao professor pantaneiro, como se pode verificar nos relatos:

(B) “Professor não pode participar de formação continuada por conta das dificuldades de acesso à cidade”.

(E) “Nunca fiz. Muitas vezes nem somos comunicados quando tem cursos, palestras e capacitações”.

Subcategoria 2b: aspectos positivos e negativos em ser professor de escola pantaneira

Foram observados nos relatos dos participantes que os aspectos positivos em ser professor de escola pantaneira se dão em torno do bom comportamento dos alunos, da participação dos pais, do contato com a natureza, de conhecer outra cultura e de ser útil para a sociedade:

(C) “Respeito e educação por parte dos alunos, é mais fácil conviver com alunos do que com os colegas professores”.

(D) “Contato com a natureza, pais interessados, alunos educados, sentir que está sendo útil na sociedade”.

Quanto aos aspectos negativos, os mais citados foram a distância da família, da obediência ao fazendeiro, das estradas precárias, das “fofocas” entre os professores, salários baixos e atrasados, alunos exaustos por ficarem muitas horas dentro do transporte que os levam para as escolas, não poder solicitar tarefas de casa aos alunos, falta de coordenação no local de trabalho, a falta de recursos didáticos e ter um currículo único, como se pode observar nos relatos a seguir:

(A) “Deixar a família, ter que obedecer o fazendeiro”.

(D) “Falta de coordenação o tempo todo, distância da família, não ter como repor aulas quando as aulas não acontecem por causa das chuvas, estradas precárias”.

Subcategoria 2c: diferença do ensino no campo e na cidade

Considerar possíveis diferenças entre o ensino praticado nas escolas pantaneiras e o ensino praticado nas escolas da cidade, foi um dos aspectos questionados durante a entrevista e a maioria constata essa diferença:

(D) “Na escola do pantanal você tem mais liberdade de trabalhar, se o professor tiver criatividade e interesse, ele tem toda a natureza à sua disposição, aqui na escola da cidade não temos liberdade e temos muitos empecilhos pra fazer qualquer coisa”.

(F) “Existe sim. Na escola da cidade tem mais material pedagógico, a merenda é melhor e os alunos recebem o uniforme e outros materiais dentro do prazo”.

Categoria 3: “Percepção Sobre Saúde Física e Psicológica”

Subcategoria 3a: percepção de saúde física e percepção de saúde psicológica dos professores

Os entrevistados foram questionados a respeito da interpretação subjetiva do próprio estado de saúde física e psicológica. Os relatos demonstram que alguns professores sentem dores de cabeça, na coluna, no corpo, cansaço e problemas relacionados à falta de uma alimentação mais balanceada:

(B) “Muitas vezes chegamos em casa e temos que tomar um relaxante muscular, porque ficamos horas em um transporte ruim, com estradas ruins e chegamos com dor de cabeça, dores no corpo, muito barulho das pancadas que o ônibus dá nos buracos da estrada, é muito cansativo e aos poucos o corpo apresenta sinais de muito cansaço com essa rotina”.

(C) “É boa, mas sinto que as idas para a escola pantaneira frequentemente deixam nosso corpo muito cansado, muito difícil o acesso e isso resulta em dores no corpo, de cabeça, cansaço físico constantemente”.

Em relação à saúde psicológica, alguns relataram insônia, estresse, angústia, fragilidade psicológica e desgaste mental:

(B) “Muito estresse por causa do acesso às escolas, das estradas precárias, isso prejudica muito o psicológico do professor”.

(C) “Muito ruim, estou com problemas sérios no meu casamento por ficar muitos dias longe de casa, isso gera muita angústia”.

Categoria 4: “Relações de Trabalho”

Subcategoria 4a: relação trabalho-família e trabalho-amigos

Os entrevistados foram indagados sobre a maneira como é visto o trabalho deles pelas suas famílias. Os resultados apontaram que os familiares dos professores ficam divididos entre dar ou não apoio ao trabalho realizado e a família de quem é do campo ou estudou em escola rural revela uma maior aceitação do trabalho do professor no Pantanal:

(C) “Minha mãe fala pra eu sair desse lugar que nem sou valorizada e afetou negativamente o meu casamento, toda vez que eu ia para o trabalho era uma briga”.

(F) “Eu estudei em escola rural, então gosto dessa realidade, e minha família respeita apesar de achar que é muito cansativo, o que é bem verdade”.

Aos professores também foi perguntado sobre o que os amigos dizem em relação ao seu trabalho de professor de escola pantaneira e a maioria dos amigos não aceita e não considera como positivo o trabalho realizado. Essas considerações ficam claras em alguns depoimentos dos professores:

(C) “Meus amigos falam que não vale a pena perder meu tempo nesse trabalho”.

(E) “Meus amigos falam que eu sou louca por trabalhar no meio do mato”.

Subcategoria 4b: relação do fazendeiro com a escola pantaneira

Solicitou-se também a percepção que os professores possuem da relação dos donos da fazenda com a escola pantaneira. As respostas evidenciaram que a maioria dos fazendeiros possui uma visão bastante negativa em relação à escola pantaneira, no geral, e isso pode ser notado nas falas dos professores:

(A) “Tem proprietário que é realmente interessado na educação dos alunos que estão ali, do filho de seus funcionários, mas a maioria considera que a escola é só um problema ou é uma situação que está ali na fazenda, tem que ter, por isso que está ali”.

(B) “Depende do dono da fazenda, em algumas escolas essa relação é boa, mas em outras é muito tenso, a escola acaba sendo um fardo para os donos”.

Subcategoria 4c: rotatividade de alunos e de professores

Questionados a comentar sobre a existência de rotatividade de professores, comentaram que há uma alta rotatividade influenciada pela distância da família, por passar em concurso público, pela difícil adaptação à realidade e quando o trabalho não é aprovado pela direção, coordenação ou pelo fazendeiro. Algumas falas ilustram a questão da rotatividade dos professores:

(A) “Ficar longe da família é muito difícil, então há muita rotatividade porque o professor não aguenta ficar tanto tempo na escola pantaneira”.

(B) “Sim, muita rotatividade, pode ser porque o professor não se adapta aquela realidade e também porque tem que ficar muito tempo afastado de suas famílias e amigos”.

Os professores também foram questionados se há uma alta rotatividade de alunos, a maioria dos entrevistados respondeu que sim e explicaram que acontece motivada pela troca constante de emprego dos pais:

(A) “A rotatividade existe porque os pais trocam de emprego com muita frequência e conseqüentemente o aluno tem que mudar de escola”.

(B) “Sim, muito e acontece devido aos pais mudarem muito de trabalho, de uma fazenda para outra, isso acontece o ano todo”.

Categoria 5: “Escolas Pantaneiras”

Subcategoria 5a: acesso às escolas pantaneiras

Os professores foram indagados acerca da percepção de cada um sobre as estradas que dão acesso às escolas pantaneiras e o transporte. Por unanimidade foram destacadas as estradas precárias e as condições insalubres do trajeto:

(A) “Estradas péssimas, você vai daqui lá pedindo pelo amor de Deus pro ônibus criar asas pra chegar. Não tem ar condicionado, janela aberta, tem poeira, janela fechada tem calor. “Péssimas, sem manutenção, transporte quebra sempre por conta destas estradas ruins, e ficamos muito tempo no sol quando quebra o ônibus, ou completar o caminho a pé, para chegar na escola”.

(D) “O aluno passa mais de 4 horas e meia dentro do ônibus pra chegar na escola. Tem aluno que nunca visitou a cidade, nem o museu, nem um quartel, nem a universidade, os pontos turísticos por causa do difícil acesso”.

Subcategoria 5b: melhorias a serem realizadas

Questionados sobre as melhorias que poderiam ser realizadas nas escolas pantaneiras, os participantes sugeriram várias, como transporte exclusivo para professores, estradas com mais infraestrutura, benefícios que poderiam ser incorporados aos salários, calendário diferenciado que atenda a realidade da região pantaneira, mais material pedagógico, um plano de formação continuada para os professores e a oferta de uma melhor alimentação para alunos e professores:

(B) “Primeiro: melhorar a infraestrutura das escolas, mas isso requer apoio dos donos das fazendas; segundo: melhorar o transporte dos professores, porque é muito precário, e muitas vezes os professores usam o transporte dos alunos e terceiro: ter um calendário diferenciado, que atenda a realidade da região pantaneira”.

(C) “Uma casa para cada professor morar, mais materiais pedagógicos, mais investimentos na formação dos professores, melhoria das estradas que dão acesso as escolas, alojamentos com melhores comidas para as crianças e professores”.

Subcategoria 5c: significado subjetivo de escola pantaneira

Perguntou-se sobre o significado subjetivo da escola pantaneira para os professores. As respostas mostraram ambivalência de sentimentos, como é possível verificar nas seguintes falas:

(C) “Solidão, tristeza, atoleiro, apesar das belezas e da boa recepção das pessoas de lá”.

(D) “Significa a minha vida. É tudo pra mim, mas a gente perde um pouco a fé porque as coisas não melhoram, nem as estradas, nem o salário, nem os materiais, nem a estrutura física das escolas”.

V- Discussão

Os dados obtidos neste estudo mostram que em relação à valorização da profissão pelos gestores públicos, os professores entrevistados afirmam que tais agentes demonstram falta de interesse e não valorizam a escola pantaneira, pois não disponibilizam transporte exclusivo para os professores que dependem do transporte escolar do aluno ou de carona das pessoas das fazendas, que os salários chegam constantemente com atraso e que as estradas estão sempre em condições precárias.

Sobre essa questão, Molina e Hage (2015) e Ferreira e Brandão (2011) afirmam que os gestores públicos ainda entendem o espaço rural como inferior ao urbano e isto funciona não só com o mobiliário para as escolas do campo, mas também com os meios de transporte e com os educadores, cuja indicação para estas escolas é vista muitas vezes, como punição e a educação do campo ou rural tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descasos, especialmente pela ausência de políticas públicas. Nas escolas municipais de Aquidauana (MS), no início de cada ano, os professores da Gerência Municipal de Educação (GEMED) são distribuídos para trabalhar nas escolas. É um processo em que os mais antigos têm a possibilidade de escolher em primeiro lugar a escola em que querem trabalhar. Na maioria das vezes, as escolas mais distantes do centro da cidade, ou as escolas rurais, ribeirinhas e pantaneiras acabam sendo escolhidas em último lugar, sendo necessário, na maioria dos anos, contratar professores para suprir essas vagas.

Todos os professores pesquisados se sentem valorizados, tanto pelos pais, quanto pelos alunos e os pais são muito presentes na escola, apesar da distância. A maioria dos pais é analfabeta ou estudou até o ensino fundamental, mas manifestam o interesse de que seus filhos tenham a oportunidade que eles não tiveram de concluir os estudos. Os professores percebem que os alunos gostam e respeitam o trabalho desenvolvido pelos docentes. Vargas (2003), autor que se dedica ao tema da existência de um *continuum* família-escola em territórios rurais, afirma que o espaço rural ou do campo é marcado por grande proximidade e também pela participação efetiva das famílias na escola, e em concordância, Lima e Silva (2015) observam uma grande valorização das famílias nas práticas escolares, de forma mais acentuada na escola rural ou do campo do que na do contexto urbano.

Apesar da escassez de estudos que possibilitem uma maior compreensão deste fenômeno, parece haver uma relação mais acolhedora e menos dissonante entre as populações do campo ou rural com a escola, segundo Faria (2007). Embora a escola rural sofra todo tipo de privações, tais como, falta de materiais pedagógicos, laboratórios, quadras, entre outros; é oportuno observar que a maioria dos pais incentiva seus filhos a estudarem e a educação é vista pela família como uma forma dos filhos não passarem pelas carências e dificuldades inerentes ao meio rural (Rangel & Carmo, 2011). Para Silva, Pasuch e Silva (2012) a relação escola-família, no caso das áreas rurais, encontra-se marcada por

condições econômicas, geográficas e culturais que influenciam e compõem os modos de vida e de organização das famílias e, segundo Bernardi, Pelinson e Santin (2014), a relação entre aluno e professor é de carinho e se dá de maneira familiar, ou seja, o tratamento diferenciado aos alunos se assemelha muito ao de um pai ou mãe com o filho.

Um aspecto importante a salientar refere-se às questões relacionadas aos salários e benefícios dos professores de escolas pantaneiras. Os professores não concursados e contratados pela prefeitura afirmam que exercem papel de mãe, pai e médico e passam semanas com seus alunos sem receber nenhum tipo de benefício, diferentemente do que acontece com os concursados.

Outra questão que chama a atenção está ligada aos baixos salários e atrasos no pagamento. Segundo Carvalho, Silva e Silveira-Neto (2010), é comum observar a falta de condições de trabalho para que o cidadão possa atuar no meio rural, além de salários desestimulantes para o exercício profissional. Os professores que atuam nas escolas do meio rural enfrentam jornadas de trabalho exaustivas, tendo que cumprir simultaneamente a docência e a função de outros profissionais da educação (diretor, coordenador, secretário, merendeiro, porteiro, faxineiro, entre outras atividades) (Santos, 2010). As condições de trabalho dos professores rurais ou do campo têm se precarizado cada vez mais e, além da baixa qualificação e salários inferiores, eles enfrentam, entre outras, as questões de sobrecarga de trabalho, alta rotatividade e dificuldades de acesso à escola, em função das condições das estradas e da falta de ajuda de custo para sua locomoção (Silva, Morais & Bof, 2006).

Em relação à educação continuada, os professores confirmam não existirem, em geral, cursos específicos voltados para sua formação e que, quando ocorrem, não têm como participar por conta do difícil acesso das estradas, da distância e muitas vezes nem são comunicados sobre os mesmos, quando estes ocorrem. Segundo dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2007), de um total de 86.129 estabelecimentos de ensino rurais, 50.176 (37,4%) são classes exclusivamente multisseriadas, com professores pouco qualificados e mal remunerados. Quanto à falta de acesso à formação continuada, pode-se inferir que esta interfere de modo significativo no processo de ensino-aprendizagem efetivado em sala de aula das escolas do campo (INEP, 2007). É necessário haver um investimento na formação dos professores que nelas atuam, uma infraestrutura adequada e um projeto político-pedagógico coerente com as especificidades da comunidade (D'agostine, 2009).

No presente estudo, os professores revelaram quais são os aspectos positivos e negativos em ser professor de escola pantaneira. Entre os aspectos positivos citados encontram-se o bom comportamento dos alunos, a participação dos pais, o contato com a natureza, a possibilidade de conhecer outra cultura e de ser útil para a sociedade. Já os aspectos negativos mais frequentemente relatados foram a distância da família, a obediência ao fazendeiro, estradas precárias, a fofoca entre os professores, salários baixos e atrasados, alunos que chegam exaustos, o fato de não poderem solicitar tarefas aos alunos, a falta de coordenação e direção no local de trabalho, a escassez de recursos didáticos e ter um currículo único para as escolas urbanas e para as escolas pantaneiras.

Entre as respostas relacionadas aos aspectos negativos, uma chama a atenção por sua peculiaridade, que é o fato de ter que obedecer ao fazendeiro e, segundo alguns relatos de professores, se o fazendeiro não gosta do trabalho de algum professor, este deve ser obrigatoriamente trocado por outro pela GEMED. O fazendeiro não tem poder de decisão sobre o funcionamento da escola, mas como esta funciona dentro dos limites da fazenda, o que se pode supor, é que a escola e seus componentes também devem seguir as normas e regras da cultura impostas pelo gerente ou dono da fazenda. Azevedo (2007: 154) afirma que “está na base do pensamento latifundialista empresarial, o controle político sobre a terra e sobre as pessoas que nela vivem”.

Outro problema que afeta diretamente os estabelecimentos de ensino, especialmente os localizados na parte rural, é a falta de recursos financeiros, de assistência e supervisão pedagógica e também de um calendário escolar que seja adequado às necessidades dos

sujeitos (Santos, Silva & Lúcio, 2011:5). Os problemas se tornam ainda mais graves pela falta de um projeto político pedagógico e de políticas públicas voltadas para a escola pantaneira. Os professores utilizam o mesmo currículo aplicado nas escolas urbanas.

A amostra de estudo revelou também que há diferenças entre as condições de ensino das escolas pantaneiras e o ensino praticado nas escolas da cidade. A maioria dos professores entrevistados afirma que na escola pantaneira há menos cobrança da coordenação e da direção, menos material pedagógico, merenda muito aquém da servida na cidade, recebimento de materiais escolares e uniformes com atraso. Os docentes comentaram que se sentem abandonados e apenas um professor comentou como ponto positivo ter mais liberdade de trabalho na escola pantaneira em relação à escola da cidade.

Silveira (2011) e Rangel e Carmo (2011) afirmam que não basta ter escolas no campo, é necessário ter escolas com um projeto político pedagógico vinculado à realidade daquela região, evitando livros didáticos elaborados com uma visão urbana e currículos de escola urbana aplicados em escola rural ou do campo, sobrepondo problemas como a precariedade de recursos e de instalações físicas, bem como complicações decorrentes da distância que dificulta o acesso às escolas, que são comuns aos meios urbano e rural.

De acordo com os resultados obtidos sobre a percepção da saúde física e mental dos professores de escolas pantaneiras, alguns docentes relataram sentir constantemente dores de cabeça, na coluna e no corpo, além de cansaço e problemas relacionados a uma falta de alimentação balanceada. Os problemas mais citados na esfera psicológica foram insônia, estresse, angústia, fragilidade psicológica e desgaste mental. Valle, Reimão e Malvezzi (2011) afirmam que o estresse interfere no desempenho ocupacional, nas relações sociais e no sono do professor e Frota e Teodósio (2012), em entrevista realizada com professores, encontraram relatos de 70% dos docentes com queixas de cansaço e estresse relacionado ao trabalho, além de depressão e angústia. A profissão docente é considerada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como uma das mais estressantes, com forte atuação de elementos que podem conduzir à síndrome de *burnout*. Este fenômeno atinge professores de diferentes países e parece portar um caráter epidêmico mundial, que extrapola as fronteiras nacionais (Souza & Leite, 2011) e urbanas.

Quanto à relação do trabalho dos professores pantaneiros com seus familiares e amigos, dos seis entrevistados, metade deles (três) afirmou que a distância da família é algo muito ruim, e que as famílias consideram este fato negativo. Os demais afirmaram que a família respeita e apoia, mas comentam que é tudo muito cansativo e a distância os afeta negativamente. É importante observar que aqueles professores que têm uma relação mais estreita com o campo ou com a comunidade rural sentem mais apoio da família em permanecer na escola pantaneira. Quanto aos amigos dos professores de escolas pantaneiras, fica evidente que a maioria não considera, não respeita ou apoia este trabalho. Os fazendeiros, assim como os amigos dos professores pantaneiros, também têm uma visão negativa da escola pantaneira. A percepção dos professores é de que a escola é mais um fardo e não há interesse dos donos e gerentes em manter uma escola dentro de sua propriedade.

Os dados obtidos revelaram uma alta rotatividade de professores e de alunos de escolas pantaneiras e a motivação é muito diferente entre eles. Quanto aos professores, a alta rotatividade se dá pela distância da família por um tempo prolongado, pelo fato do professor não se adaptar à realidade pantaneira ou por conseguir uma vaga como professor na cidade.

Em relação aos alunos, a alta rotatividade se apresenta pelo fato dos pais, que são trabalhadores das fazendas, mudarem constantemente de uma fazenda para outra, obrigando os seus filhos, que são alunos de escolas pantaneiras, a abandonarem aquela escola e se matricularem em outra. Como muitas fazendas ainda são muito distantes das escolas pantaneiras, quando a mudança de fazenda ocorre, muitas vezes o aluno não termina o ano letivo, pois fica sem acesso à escola. Lima e Silva (2015) afirmam que a distância geográfica das famílias em relação à escola é um elemento diferenciador em

relação à maioria dos contextos urbanos e apontam para a necessidade de políticas que atendam essa realidade tão comum no meio rural.

Quanto às estradas que dão acesso às escolas pantaneiras e à qualidade dos ônibus que transportam professores e alunos, a totalidade dos docentes afirma que as estradas são precárias e as condições do trajeto são insalubres. Há relatos de professores sobre a péssima qualidade dos transportes que quebram com frequência, e muitas vezes o trajeto até a escola pelas estradas do Pantanal é feito a pé. Conforme o relato de outro professor, é frequente os alunos de uma ou outra escola pantaneira ficarem até duas semanas sem aula, porque o ônibus quebrou e ficou no conserto, muitas vezes sem previsão de quando ficará pronto.

A pesquisa evidencia ainda quais as melhorias que poderiam ser realizadas nas escolas pantaneiras, sob a ótica do professor pantaneiro, que vão desde melhorar a infraestrutura das estradas, dos materiais pedagógicos, da merenda, até a confecção de um calendário específico para as escolas pantaneiras, respeitando sua singularidade e um programa de formação continuada para os professores.

Socorro (2005:35) diz que além de questões de infraestrutura, pessoal e outros, há uma herança mais cruel: a escola rural despreza a realidade onde está inserida, destrói a autoestima de quem vive no meio rural e não se coloca a serviço do seu crescimento.

A Conferência Nacional de Educação – CONAE (Brasil, 2010) preconiza que as escolas do campo e/ou rural, de acordo com os padrões básicos de infraestrutura, devem oferecer transporte escolar, equipamentos tecnológicos de informação, material didático, acervo bibliográfico, quadra esportiva, laboratórios científicos e de informática com acesso à internet de qualidade, qualificação e formação continuada para o uso das tecnologias pelos educadores, custeadas pelo poder público, salas de aula adequadas e equipadas (Brasil, 2010, p. 136). Santos, Silva e Lúcio (2011) também afirmam que outro aspecto negativo existente nas escolas do campo refere-se aos livros didáticos que apresentam conteúdos não compatíveis com a realidade dos alunos.

Metade dos professores entrevistados afirmou que a escola pantaneira significa a vida e a história deles, mas um deles afirmou que está perdendo a fé porque a infraestrutura e o apoio dos gestores nunca melhoram. Dois professores falaram em um lugar com inúmeras possibilidades a serem exploradas e que é um lugar de muito crescimento pessoal. Uma professora comentou sobre a tristeza que sente trabalhando e morando neste local, pois o difícil acesso das estradas prejudica muito o trabalho e sentindo tristeza pelas crianças que ficam impossibilitadas de irem à escola durante dias ou semanas por causa das chuvas.

Após análise e discussão dos dados, foi possível detectar:

- (i) a inexistência de um projeto político pedagógico para a escola pantaneira;
- (ii) a ausência de uma política pública e de um planejamento financeiro dos órgãos municipais para atender estas escolas e,
- (iii) a insuficiência de documentos ou de materiais sistematizados como livros, artigos ou estudos sobre escolas e professores pantaneiros que auxiliem o pesquisador no norteamento da pesquisa.

O panorama apresentado denuncia o contexto de precariedade em que se apresenta a escola pantaneira, relacionado à estrutura física, acesso, estradas, a necessidade de benefícios e salários mais adequados para o desempenho da função, transporte e alojamentos para os professores, alimentação mais equilibrada e adequada para crianças e adolescentes, processos de formação continuada para os professores, entre outros.

É preciso que se realize a construção de um projeto político pedagógico para as escolas pantaneiras, pois desde que iniciou suas atividades em 1998, com a aprovação do Conselho Estadual de Educação, este documento ainda está sendo escrito, revisto e reformulado e até o momento não foi apresentado oficialmente para formalizar as atividades. Após a apresentação deste documento, com as políticas educacionais e do regime de trabalho dos

envolvidos nesse processo configurados a partir dos princípios e fundamentos da Educação Pantaneira, será possível oferecer serviços educacionais mais adequados para toda esta comunidade escolar.

Referências

- Azevedo, M. A. de. (2007). “Política de educação do campo: concepções processos e desafios”. In A. C. Neto, A. M. D. A. Castro, M. França & M. A. de Queiroz (Orgs.). Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. Brasília: Liber Livros.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo, SP: Edições 70.
- Bernardi, L. T. M. S.; Pelinson, N. C. P. & Santin, R. (2014). “O desafio de ser professor na escola do campo: o contexto da casa familiar rural Santo Agostinho.” *Revista Reflexão e Ação*, 22(2), 120-142.
- Brasil. “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).” (1996). CN n. 9394, 20 de dez. 1996. Congresso Nacional. Brasília, DF.
- Brasil. (2010). Ministério da Educação. Conferência Nacional de Educação – CONAE. “Construindo o sistema nacional articulado de educação: o plano nacional de educação, diretrizes e estratégias (Documento Final).” Brasília, DF.
- Carvalho, J. E. do N., Silva, A., Silveira-Neto, J. C. da S. (2010). “Formação docente: o professor da educação do campo e suas dificuldades quanto à formação inicial.” *Anais do IV Fórum identidades e alteridades: educação e relações étnico raciais*. UFS. Itabaiana/SE.
- Conselho Federal de Psicologia - CFP, Brasil. (2000). “Resolução CFP n. 016 de 20 de dez. de 2000.” Brasília, DF.
- Conselho Nacional de Saúde - CNS, Brasil. (2012). “Resolução CNS n. 466 de 12 dez. de 2012.” Brasília, DF.
- D’Agostine, A. (2009). 205 f. “A educação do MST no contexto educacional brasileiro.” (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.
- Faria, A. R. (2007). “125 f. Escola, família e movimento social: um estudo sobre a relação família-escola em um assentamento do MST em Minas Gerais.” (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.
- Ferreira, F. de J., Brandão, E. C. (2011). “Educação do campo: um olhar histórico, uma realidade concreta.” In M. L. F. Rizzotto, A. K. Noma & R. A. Deitos. *Anais do quinto Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais*. As políticas sociais nas transições latino-americanas no século XXI: tendências e desafios. Unioeste. Cascavel, PR.
- Frota, G. B., Teodósio, A. dos S. de S. (2012). “Profissão docente, profissão decente? Estratégias de professores frente ao sofrimento no trabalho em um ambiente de inovação pedagógica.” *Anais do vigésimo quarto Encontro da ANPAD*. Rio de Janeiro, RJ.
- Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep/Ministério da Educação - MEC. (2007). “Panorama da educação no campo.” Brasília, DF.
- Leite, F. C. T. (2014). *Escola pantaneira: um relato de experiência*. In F. M. N. S. Ferreira, H. P. V. Bueno, Beck, M. C. (Orgs). Pantanal: pesquisas educacionais em destaque. Campo Grande, MS: Ed. UFMS.
- Lima, L. P., Silva, A. P. S. (2015). “A relação entre a educação infantil e as famílias do campo.” *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, SP. 19(3), 475-483. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2015/0193875>
- Molina, M. C., Hage, S. M. (2015). “Política de formação de educadores do campo no contexto da expansão da educação superior.” *Rev. Educação em Questão*, 51(37), 121-146.

- Santos, E. F., Silva, J. M., Lúcio, A. B. (2011). “O descaso da educação do/no campo: as dificuldades enfrentadas por professores e alunos da escola no campo no interior de alagoas (um estudo de caso).” *Revista homem, espaço e tempo*. Sobral, CE.
- Santos, J. R. dos. (2010). “Da educação rural à educação do campo: um enfoque sobre as classes multisseriadas.” *IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade*.
- Silva, L. H. da; Morais, T. C. de & Bof, A. M. (2006). “A educação no meio rural do Brasil: revisão da literatura.” In Bof, A. M. (Org.). *A educação no Brasil rural* (pp. 69-137). Brasília, DF: Inep.
- Silva, A. P., Pasuch, J. & Silva, J. B. (2012). *Educação infantil do campo*. São Paulo: Cortez.
- Silveira, I. G. (2011). “A educação na ponte campo-cidade: saberes necessários à formação do professor.” *Educação em Perspectiva*, 2(1), 78-97.
- Socorro, L. (2005). *Ferramentas do trabalho na educação do campo*. Feira de Santana: Ed. da UEFS.
- Souza, A. N., Leite, M. de P. (2011). “Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil.” *Educ. Soc.*, 32(117), 1105-1121.
- Rangel, M. & Carmo, R. B. do. (2011). “Da educação rural à educação do campo: revisão crítica.” *Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, 20(36), 205-214.
- Thimoteo, F.E. P. (2003). “Programa escola pantaneira.” In G. S. Lotta, H. B. Barboza, Teixeira, M. A, Pinto, C. V. (Orgs.), *20 experiências de gestão pública e cidadania*. São Paulo, SP: Programa Gestão Pública e Cidadania.
- Valle Do, L. E. R., Reimão, R., Malvezzi, S. (2011). “Reflexões sobre psicopedagogia, estresse e distúrbios do sono do professor.” *Rev. Psicopedagogia*, 28(87), 237-45.
- Vargas, S, S. M. (2003). “Processos de formação e aprendizagem no meio rural: o continuum família-escola.” *Rev. Bras. Educ.*, (24), 95-106.